

— Alguns intérpretes do comportamento do Congresso identificam descompasso entre a ação do Legislativo e as exigências da sociedade a partir do fato de que o país mudou muito, da eleição destes congressistas até hoje. O senhor reconhece este descompasso, Deputado Prisco Vianna?

Prisco — Naturalmente que na transição do sistema autoritário para a democracia criou-se na opinião pública a expectativa de que o Congresso voltasse a ser o Centro de decisões políticas. Agora, eu acho que enquanto nós não restaurarmos as prerrogativas do Congresso Nacional, esse sentimento de frustração em relação ao Congresso será mantido, seja entre os próprios congressistas, seja na sociedade. Nós consideramos urgente que se restaurem essas prerrogativas.

— Mas uma conjugação de vontades políticas não seria capaz de restabelecer o poder de influência do Congresso, antes da recuperação das prerrogativas?

Prisco — Você pode, por entendimento, resolver alguns problemas operacionais, algumas questões de natureza regimental, questões relacionadas com o processo de votação, frequência de parlamentares em plenário... tudo isso pode ser resolvido por entendimento, mas você terá sempre um Congresso fraco, sem poderes e sem capacidade para influir e decidir, se estiver sem prerrogativas, fundamentais para a recuperação do prestígio do Congresso. Veja, por exemplo, que o Congresso hoje continua impedido de ter iniciativas sobre o orçamento. Estamos recebendo um prato feito da Secretaria do Planejamento, tal e qual ocorreu nos últimos 21 anos.

— O comportamento do Governo em relação ao Congresso não mudou?

Airton — Esse comportamento mudou muito e é fácil constatar. O Presidente Sarney não recorreu a decretos-leis nem ao decurso de prazo desde que assumiu. Não há nenhum tipo de inibição a projetos com ameaças de não sanção presidencial ou de veto presidencial automático diante da iniciativa. Aqueles mecanismos que restringiam a ação do Congresso foram colocados de lado, embora não retirados da legislação. Agora, não foram excluídos da legislação porque o próprio congresso não se organizou para isso e não porque o Governo não quis. Talvez tenha havido, por parte do Congresso, uma priorização equivocada de decisões.

Prisco — No meu primeiro encontro com o Deputado Ulysses Guimarães e com o Deputado Pimenta da Veiga, eu disse que a reivindicação prioritária do PDS era a restauração das prerrogativas. Aquela época me foi dito que a decisão do Governo era de transferir todas essas matérias para a Constituinte. Agora é que chegamos à conclusão de que as prerrogativas devem preceder a Constituinte.

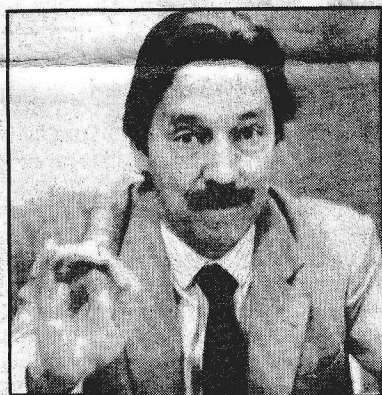
Airton — Mas é verdade, especialmente, que nós recém passamos pelo primeiro semestre desta sessão legislativa. Eu diria que faltou tempo para tratarmos das prerrogativas e que talvez não tenha sido estabelecida uma hierarquia mais correta de prioridades.

Israel — Eu não sei se houve erro na fixação de prioridades, porque realmente todos nós desejávamos que a Constituinte fosse o estuário de todas essas mudanças que se fazem necessárias. O que houve foi um entendimento tácito da classe política de que o retorno das prerrogativas esperasse a Constituinte. Mas é verdade que nenhum Governo abre mão de poder. Todo Executivo luta para manter as prerrogativas do Executivo.

Airton — Eu tive a oportunidade de ouvir do Presidente e do Ministro do Planejamento a disposição clara de remeter ao Congresso o anteprojeto de orçamento. Nós já temos o anteprojeto e mais ainda: mesmo que a lei não autorize, nós vamos oferecer emendas que poderão ser adotadas ao orçamento. Isso já está acertado. Prisco — Mas dentro de um processo de concessão e não por um processo legal.

Airton — Mas a culpa é nossa, que não mudamos a Constituição. Israel — Estamos todos de acordo. A nossa prioridade foi eleição direta, foi a reforma do Código Eleitoral e não a recuperação de prerrogativas. Agora é que a pressão popular nos leva a cuidar do assunto.

Airton — Claro. Essa pressão popular, que estamos sentindo agora em função das denúncias sobre o funcionamento do Congresso, é que sensibilizou os deputados de todos os partidos para a necessidade de que se restabeleça o Poder Legislativo. Nenhum deputado acredita ainda hoje que o projeto que está elaborando tem chance de virar lei. Então, o mais elementar do Poder Legislativo precisa ser restabelecido. O Deputado Francisco Amaral, por exemplo, durante toda sua atuação legislativa, elaborou mais de 600 projetos, para ter apenas 5 leis. Isso é um absurdo. Um deputado que não tem poder para legislar, não tem incentivo para desempenhar as funções e ir ao plenário. Quando ele consegue se inscrever, é porque ele foi às sete horas da manhã se inscrever para um pinga-fogo em que poderá discursar cinco minutos. A opção é esperar, no fim do mês, um sorteio



**“Devemos lutar para que o Congresso tenha a iniciativa e lidere o processo legislativo”**

PRISCO VIANA

que lhe permitirá discursar no plenário. Na hora de votar, tem o voto da liderança, que substitui o dele. Então o sujeito se sente à parte do processo legislativo e aí é melhor ficar no gabinete ou trabalhar no seu Estado ou nos Ministérios. Essa é a questão básica. Não tem presença porque não tem poder.

Israel — O povo não entende bem: nesses 21 anos o Congresso ficou muito amortecido, quase adormecido e as pessoas ficaram sem saber da atividade parlamentar. O povo acha que o Congresso só tem o objetivo de votar lei. Não é bem isso. Para legislar o Congresso precisa identificar o sentimento popular. Daí sai um projeto cuja tramitação pode ser demorada. Legislar é uma das tarefas mais há muitas outras.

— Essa série de tarefas é o argumento utilizado para justificar a ausência dos parlamentares do plenário, agora punida com o corte do jeton. Afinal, o corte é justo ou não?

Airton — Os que mais faltam são os deputados que têm trabalho fora do Congresso, na iniciativa privada. Então, na verdade, o jeton é perfeitamente dispensável para muitos. É o caso de quem também trabalha na iniciativa privada, de grandes proprietários, latifundiários para quem tanto faz ganhar ou não 10 milhões a mais por mês. Esses parlamentares constituem minoria, mas estão aí.

Israel — Mas isso sempre teve e é coisa muito pequena. O que interessa é examinarmos a importância do Congresso em relação aos problemas brasileiros. A grande função de um Congresso livre é participar da vida econômica brasileira, tomando decisões junto com o Executivo. Os membros do partido do Governo têm que, em conjunto com os Ministros de cada setor, discutir a necessidade de realizações de obras, para que não se repita o que ocorreu no Brasil

do arbitrio, quando fomos levados a obras desnecessárias. Eu não vou citar exemplos...

Prisco — Se for citar, terá que incluir a Ferrovia do Aço, a Açominas...

Israel — Claro, eu não vou falar mal. Mas, retomando, no regime democrático uma grande usina hidrelétrica só teria construção iniciada depois de um grande debate no Congresso. Isso se instalará com a recuperação das prerrogativas do Congresso.

— Mas a falta de prerrogativas impede o debate?

Israel — Não impede o debate, mas você faz um debate, o Ministro não toma conhecimento e aí não adianta. Felizmente isso está mudando, mas o país está pagando com uma crise econômica um planejamento feito por pessoas que conhecem São Paulo, Rio e Brasília, e desconhecem a realidade brasileira. O ex-Ministro Delfim Netto não sabe o que é pobreza no interior da Bahia ou de Minas Gerais.

— O Ministro Sayad já foi lá?

Israel — Não foi, não. Por isso é necessária a participação do Congresso. Essa é uma grande função do Congresso.

— Mas no caso do Sul-Brasileiro, quando o Congresso teve a prerrogativa de decidir...

Israel — Aí foi uma exceção. A coisa foi mal conduzida...

Prisco — O Sul-Brasileiro foi uma péssima solução, mas foi uma solução política. Mobilizou-se a representação política do extremo Sul do País, que tem peso, e a solução foi aquela. Agora, o mais importante, que eu sinto que está mudando e vai mudar, é este relacionamento com o Executivo. Vejo que a aspiração do Congresso é a cada dia aumentar a sua autonomia em relação ao Executivo. Nessa questão, por exemplo, da iniciativa de leis sobre matéria financeira, eu acho que nós devemos ter de volta essa prerrogativa, mas para utilizá-la com senso de responsabilidade. Eu, por exemplo, não gostaria de votar um orçamento deficitário para satisfazer minha conveniência política — destinando determinada verba para determinada obra — e depois enfrentar o corte do Executivo. Nós teremos que evitar contribuição para que os orçamentos sejam mera ficção.

— O que se identifica, inclusive no Palácio do Planalto, é o receio de que o Congresso, retomadas as prerrogativas, se torne ainda mais fisiológico.

Israel — Não, não, espera aí...

Prisco — Eu não sou a pessoa mais indicada para opinar. Não estou no partido do Governo.

Airton — Bem, eu não concordo e nunca vou concordar, por exemplo, que os cargos do Governo sejam preenchidos por indicações. Senão olha aí, a acusação é essa: fisiologismo. De repente, aqui, loteou-se o país e se diz o seguinte: cada deputado fica com tais indicações. Isso é um grande equívoco, que submete o deputado à acusação de praticar o fisiologismo.

Israel — Eu estou discordando profundamente. É evidente que eu, que tenho que me reeleger, tenho que conquistar o eleitorado e tenho que atender as reivindicações da minha região. Isso é legítimo. Se a minha região eleitoral pede um grupo escolar, pede a construção de uma estrada, eu vou exigir do Governo que me arranje recursos. Isso não tem nada de fisiologismo.

Prisco — Na política mineira se diz que a bíblia é o Diário Oficial...

Israel — É, é a nossa religião. (Risos). O Diário Oficial é a nossa bíblia. Mas a verdade é que, como não temos uma estrutura partidária consolidada, adotamos um critério individual, político, de os deputados dos partidos do Governo patrocinarem nomeações. Isso é legítimo. A democracia sempre funcionou nesse jogo de interesses. Em São Paulo talvez não tenha esse problema, mas em Minas Gerais da recessão, do desemprego, uma nomeação é da maior importância para nós.

Airton — Nada disso, o que acontece em São Paulo é que o nível do debate político, pelo aprimoramento das instituições democráticas, está aca-

bando com essa prática de nomeações. É verdade que acabaram de nomear não sei quantos lá no Governo... Em todo caso, há progresso no nível de debate político em São Paulo. Também no Congresso o nível do debate melhorou.

Prisco — Eu também acho que a qualidade do debate se modificou para melhor, como mudou para me-



**“O País paga com a crise um planejamento feito por quem desconhece sua realidade”**

ISRAEL PINHEIRO

lhor o relacionamento político entre o Congresso e o Executivo. Mas aqui ainda persistem alguns cacoetes. Quando cresceu o debate sobre a mudança da lei de greve, por exemplo, a liderança do Governo no Congresso recusou-se a examinar um projeto originário do Legislativo sob o argumento de que o Governo estava elaborando um projeto. Eu acho que o Governo não deve ficar impedido de encaminhar seus trabalhos ao Congresso como contribuição, mas devemos lutar para que o Congresso tenha a iniciativa do processo legislativo e lidere esse processo.

Airton — Nós temos um projeto que faz uma revisão completa da CLT, que está na pauta, e a ele também não foi dada urgência.

— E por que as lideranças partidárias no Congresso não definem as prioridades da pauta e ficam esperando uma iniciativa do Governo?

Airton — Essa é uma briga de muito tempo. Eu acho que os deputados não se convenceram ainda da importância de quem faz a ordem do dia, a pauta dos trabalhos da Câmara. Isso tem que ser feito pelas lideranças partidárias e não, como hoje, pelos presidentes das mesas, que acabam delegando aos secretários-gerais a responsabilidade de fazer a pauta de votação. Nós, que temos que saber quais são as matérias prioritárias, não estabelecemos a prioridade da pauta.

Prisco — Assim será corrigido. Nesta semana acordamos que as lideranças deverão se entender periodicamente com a Mesa para estabelecer essas prioridades. Regimentalmente isso é matéria de competência da Mesa, mas já se fez esse acerto que vai vigorar até a reforma do regimento. O que ainda não acertamos é essa questão da preferência. Nós não temos sido felizes nessa negociação. Temos grande interesse em regulamentar a atuação da Comissão de Fiscalização Financeira, criada neste ano, e até agora a maioria ainda não nos ajudou a votar rapidamente este projeto. Há 90 dias o projeto está pronto para ser votado e o Líder do PMDB não assina o requerimento de urgência.

— Essa Comissão existe no Senado e normalmente não funciona por falta de quorum. As comissões permanentes raramente também têm se reunido, por ausência de parlamentares. Os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito também não caminham. O que está determinando o esvaziamento das comissões?

Airton — O problema é muito simples: esse processo está saturado. O Poder Legislativo não pode mais

funcionar no esquema de comissões amplas com pautas amplas para poder viabilizar o processo legislativo, no que diz respeito à tramitação dos projetos. Eu acho que a reformulação tem que passar exatamente nessa área. O conveniente parece ser a criação de uma comissão especial que examine o mérito de todas as matérias. Se o projeto não passar por essa comissão, não vai adiante. Nos Estados Unidos é assim. Imagine o seguinte: se você faz um processo mais aprimorado nas comissões e, de repente, você tem subcomissões atuando em função de temas candentes, o resultado seria extremamente útil. Se a Comissão de Trabalho para redigir uma nova lei de greve, e tivesse subdividido em 10 subcomissões? A cada grupo você dava a tarefa de ouvir a sociedade, fazer os estudos para trazer as propostas, imagine a dinamização do processo da comissão...

— Aí nós voltamos à questão da vontade política: por que a Comissão de Trabalho e Legislação Social não assumiu a responsabilidade de fazer a nova lei de greve?

Airton — Porque isso não foi mudado e porque a imprensa não está estimulando o trabalho das comissões. Há projetos interessantes em tramitação e quase ninguém sabe disso. Quando a imprensa ignora o assunto, eu posso lhe dizer que há menos estímulo de participação.

— Mas isso passa pela valorização da atividade do Legislativo por parte do próprio Poder Legislativo.

Airton — É verdade. Eu quis dizer que isso está tudo interligado.

Prisco — A verdade é que esse esvaziamento das comissões passou a ocorrer a partir de 1969, quando foram criadas as comissões mistas para examinar aqueles projetos a que o Governo conferia urgência. Digase de passagem que os Governos revolucionários requeriam urgência para todos os projetos. Com isso as comissões técnicas permanentes ficavam sem ter o que fazer. Então, o fortalecimento das comissões passa também pela devolução das prerrogativas do Congresso. Mas acho que outra coisa está desmotivando as comissões técnicas: é que o Governo ainda não enviou ao Congresso seus projetos de grandes reformas, que seriam mais atraentes. Então, o fortalecimento das comissões passa primeiro pela questão das prerrogativas e, depois, pela mudança do Regimento.

Airton — Se você conceder à comissão o poder, por exemplo, de obstaculizar um projeto, você vai ter um grande dinamismo e um grande interesse dos próprios parlamentares pelas comissões. Hoje nem relator aparece para relatar projeto em comissão.

— Por que a própria Comissão de Reforma do Regimento não propôs essas mudanças?

Airton — Porque o relator é o Deputado Ernâni Sátiro...

— Seu liderado está sob acusação, Deputado Prisco...

Prisco — Eu considero o Deputado Sátiro qualificado e me parece que essa é também a opinião do Deputado Ulysses Guimarães, que o indicou relator da comissão. Mas a reforma do Regimento é mesmo necessária e urgentíssima, porque nós estamos com um Regimento feito para o sistema bipartidário e dentro de regras constitucionais que já foram ou serão alteradas. A comissão que está tratando do Regimento deverá propor as reformas ainda nesta sessão legislativa, mas aguardará a reforma constitucional relativa às prerrogativas do Congresso, porque muitas das alterações que serão feitas na Constituição terão efeito sobre o Regimento.

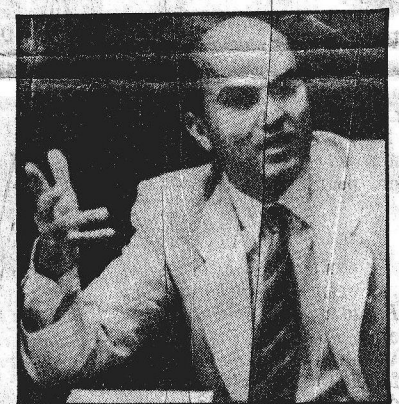
Airton — Eu não sei porque a comissão vai esperar o restabelecimento das prerrogativas. Então o atual Regimento vai vigorar até a Constituinte, eu acho.

Prisco — Eu estou seguro de que o Presidente Ulysses Guimarães deseja ver concluída em 30 dias a elaboração da emenda constitucional que restabelecerá as prerrogativas, para aprová-la em mais 30 dias.

— Este debate registra a mudança do Regimento Interno da Câmara e a recuperação das prerrogativas, pelo Congresso, como dois instrumentos capazes de revitalizar o Poder Legislativo. Há mais, Deputado Israel Pinheiro?

Israel — Eleição. Temos que encontrar fórmulas para que as eleições sejam desvinculadas ao máximo do poder econômico, das pressões ilegítimas. Eu cito ainda, além da mudança do Regimento, da retomada das prerrogativas e das eleições, a implantação do parlamentarismo e o fortalecimento dos partidos. Hoje não existem mais partidos.

Prisco — Eu tenho grandes preocupações com o futuro dos partidos políticos brasileiros, cujo fortalecimento, claro, é fundamental ao fortalecimento do Congresso, assim como a recuperação das prerrogativas. Eu estou preocupado não apenas pela atomização do quadro partidário — que talvez seja superada a curto prazo —, mas especialmente pela insistência em que se vai caindo, de fazer partidos sem compromisso com idéias, com programas,



**“Nenhum deputado acredita, ainda hoje, que seu projeto tenha chance de virar lei”**

AIRTON SOARES

com doutrinas. Daí porque acho que, embora o sistema parlamentarista tenha se revelado eficiente em muitos países democráticos, sem partidos fortes nós poderemos, aqui no Brasil, cair numa situação muito ruim de instabilidade política. Neste instante nós temos que pensar em restaurar os poderes do Congresso e organizar partidos autênticos e fortes, sem o que nós chegaremos também a uma situação de dificuldades terríveis até para administrar o Congresso Nacional.

— Foi um equívoco do Congresso abrir a legislação partidária da forma como abriu?

Prisco — Nós cometemos um erro. Tínhamos partidos excessivamente tutelados pela lei, com pouca liberdade de organização, e saímos para o outro extremo, buscando um sistema partidário praticamente sem regras legais para sua organização. Nós não podemos deixar os partidos indefesos como estão agora, expostos ao carreirismo e ao aventureirismo.

Israel — Mas é provisório, Prisco. A legislação foi aberta à formação de novos partidos só para as eleições de 86. Depois, os partidos que não conseguirem determinada votação mínima serão obrigados a se coligarem. A reagrupação, nesses casos, será obrigatória.

Airton — E, eu acho que isso faz parte do processo. Acho que convinha abrir a legislação como foi feita, para que a partir das urnas venham a surgir forças sociais definidas. Há partidos aí que, na verdade, não resistirão ao primeiro sopro eleitoral. Acho que isso não deve assustar, mas servir de subsídio para que se arregimentem em torno dos partidos as diferentes correntes sociais que o país tem.

LUIS ERLANGER, JOÃO BOSCO E MARIA APARECIDA FONTES